POLÍTICA SOCIAL E EDUCAÇÃO ESPECIAL: perspectivas para atuação do assistente social.

Priscila Silva dos Anjos[1]

Camila de Miranda Medina[2]

RESUMO

Cotidianamente os desafios lançados pelo sistema capitalista e políticas neoliberais exigem que políticas sociais façam parte da vida de famílias em situações de vulnerabilidade social, exigindo que o Serviço Social atue neste cenário contraditório valendo-se de sua historicidade à essência das lutas de classes e o combate às desigualdades sociais. Cabe ressaltar que a inserção da família neste contexto, além de proporcionar que estas se manifestem sobre a efetividade das ações, autonomia e emancipação dos a gentes envolvidos, faz com que essa participação seja o próprio caráter democrático do direito à educação. O artigo pretende contribuir para uma análise dos desafios da atuação do Assistente Social no âmbito da Educação Especial a partir do contexto histórico da Educação no Brasil e realizar uma breve reflexão sobre o estigma atribuído a pessoa com deficiência que sofrem com o preconceito e exclusão social.

Palavras-chave: Serviço Social; Educação especial; Política social.

ABSTRACT

Daily the challenges launched by the capitalist system and neoliberal policies demand that social policies are part of the lives of families in situations of social vulnerability, demanding that Social Services act in this contradictory scenario, drawing on its historicity to the essence of class struggles and combat to social inequalities. It is noteworthy that the insertion of the family in this context, in addition to allowing them to manifest themselves on the effectiveness of actions, autonomy and emancipation of the people involved, makes this participation the very democratic character of the right to education. The article intends to contribute to an analysis of the challenges of the role of the Social Worker in the context of Special Education from the historical context of Education in Brazil and to carry out a brief reflection on the stigma attributed to people with disabilities who suffer from prejudice and social exclusion.

Keywords: Social service. Special education. Social policy.

---

1 Assistente Social; especialista em Atendimento Educação Especial – AEE pela Faculdade Integrada Brasil Amazônia; Pós graduanda em Sistema de Garantia de Direitos da Universidade Federal do Pará; email: priscilanjos.as@gmail.com

2 Assistente Social; mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social – PPGSS; especialista em Saúde, com ênfase em Oncologia pela Residência Multiprofissional de Oncologia da Universidade Federal do Pará; email: camilammedina@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A educação é um assunto muito debatido e que já perpassou por diversos contextos históricos para que pudéssemos na contemporaneidade compreender os diversos significados que lhe é dado. No início do século, por exemplo, não se falava em Educação Especial, porém no período monárquico encontram-se registros de criações de instituições ou ações para atender a pessoas deficientes tendo o principal objetivo destes espaços o caráter filantrópico e caritativo com intima associação as igrejas e classes dominantes, assim como as bases que deram origem ao surgimento do Serviço Social no Brasil.

A inserção da Educação Especial não apenas nas escolas, se torna imperiosa para além de garantir o direito constituído, o indivíduo possa trilhar um caminho para sua emancipação humana e transcender a visão excludente. Sabe-se que no passado em diversas culturas, o abandono e execução de pessoas com qualquer deficiência, foram ações justificadas ao longo dos séculos, entretanto ao realizar uma análise sem contextualiza-la recai em um anacronismo.

O Assistente Social, como profissional capacitado que possui trânsito na execução e criação de políticas públicas, tem em seu exercício a democratização de informações, construir planos de ação, além de articular e mobilizar em prol de serviços, dada a determinada situação que se desenhe, tanto quanto a sua demanda profissional, quanto a instituições educacionais que são palco de suas relações trabalhistas.

À medida que os debates em torno do Serviço Social e Educação vem ganhando notoriedade, e se concebe as escolas como palcos para as experiências de interações sociais, entende-se que devam ser garantidos e promovidos os direitos da criança ou adolescente em todas as esferas, pois são construtivos para seu rendimento e participação escolar, assim como na construção de sua identidade, que se faz dentro destes espaços educacionais.

Antes, porém, o campo social do indivíduo com necessidades educacionais especiais precisa ser analisado, seu papel na sociedade e como sua identidade repercute na coletividade não podem ser norteados a luz de senso comum, e nem reduzido a um único espaço de observação, deve-se inserir nesse contexto a família do aluno, pois a partir dela teremos não apenas o principal colaborador para

identificarmos (se houver) possíveis obstáculos que se tornam impeditivos para o protagonismo pessoal deste, que podem ser de natureza orgânica ou social.

Este artigo é um intento de analisar a participação do Assistente Social no campo educacional, ressaltando que em torno de movimentos sociais e políticos, o direito à educação especial se torna ainda mais desafiador nos esquemas neoliberais, que produzem significativas alterações nas relações sociais e familiares, particularmente das camadas mais pobres da sociedade e que acabam sendo postas em uma realidade na qual o Estado tende a responsabilizar o próprio indivíduo pela condição social dele.

Objetiva contribuir para uma análise dos desafios da atuação do Assistente Social no âmbito da Educação Especial, nesse contexto será realizada uma abordagem a respeito dos aspectos norteadores do Serviço Social na Educação, após, uma reflexão sobre o estigma atribuído a pessoa com deficiência, e em seguida uma análise das políticas sociais e atuação do Assistente Social na Educação Especial.

Para contextualizar os objetivos propostos foi necessário realizar uma pesquisa de revisão da literatura e entrevista semiestruturada com uma Assistente Social que atua na área da Educação Especial em um Centro de Referência em Inclusão Educacional. As análises foram fundamentadas no método *crítico-dialético*, com enfoque qualitativo, afim, de discutir as históricas contradições e desigualdades encontradas na sociedade atual.

2 POSSIBILIDADES PARA A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: ASPECTOS NORTEADORES

Desde a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, ocorrida em uma Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), o tema educação já ficara consignado a um direito inerente a condição humana. No entanto, sabe-se que em muitos contextos históricos o direito à educação obteve vários significados, entre eles, ser usado como privilégio de classes que obtinham poder.

Ao longo do tempo e com a intensificação dos movimentos sociais de luta contra todas as formas de discriminação que impediam (e impedem) o exercício da

cidadania das pessoas com deficiência, emerge em nível mundial a defesa de uma sociedade inclusiva.

Alguns eventos significaram a construção de estratégias para a efetivação de uma educação inclusiva, entre eles, a Conferência Mundial de Educação para Todos, ocorrida em Jomtien (Japão) em 1990, dentre os objetivos, esteve o de promover e debater as transformações nos sistemas de ensino para assegurar o acesso e a permanência de todos na escola; a Conferência Mundial de Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada em 1994 pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) visando aprofundar a discussão políticas, princípios e práticas educacionais para pessoas com deficiência; a Declaração de Salamanca, na Espanha, em 1994 que pontou relevantes contribuições advindas de um resultado de outros importantes eventos ocorridos em prol da Educação, e reivindica a extensão deste compromisso a outras nações para que garantam ao púbico que necessitar o atendimento educacional especializado, além de explicitar em caráter de urgência que as organizações educacionais devem se adequar as necessidades do seu público com deficiência e não o contrário, e também diminuir as práticas excludentes e discriminatórias.

No Brasil, em 1994, foi criada a Política Nacional de Educação Especial que foi considerada por muitos especialistas um retrocesso, devido condicionar o acesso à educação formal em salas regulares para aqueles que possuíssem condições “normais” de acompanhar e desenvolver atividades, trazendo assim um enfoque no modelo clínico de deficiência.

A política citada foi muito criticada, além de demonstrar fragilidade perante os desafios inerentes à construção do novo paradigma educacional além de deixar a cargo somente da Educação Especial o provimento da educação de pessoas com deficiência fomentando seu sentido excludente.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, instituída na lei n° 9394/96, embora afirme em seu art.1° que a educação abrange diversos setores da vida do indivíduo, incluindo família, trabalho, movimentos sociais, dentre outros, no capítulo especifico a educação especial orienta a matrícula de estudantes público-alvo da educação especial nas escolas comuns da rede regular de ensino, mas mantém a possibilidade do atendimento educacional especializado substitutivo à escolarização.

O que poderá ser o precedente suficiente para que a instituição escolar se sinta desobrigada em ter o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Em 2006, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, realizada na ONU e ratificada no Brasil como emenda constitucional, por meio do Decreto Legislativo n° 186/2008, que aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e pelo Decreto Executivo n° 6.949/2009 (Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência), juntaram-se aos acervos que trouxeram à organização de pesquisas e debates mundiais realizados ao longo da última década do séc. XX e nos primeiros anos deste século, este arcabouço de medidas constituíram uma conjuntura favorável à definição de políticas públicas fundamentadas no paradigma da inclusão social.

No Brasil, na década de 80, encontrava-se em um forte movimento voltado para a garantia de direitos e a consolidação de estruturas que permitisse ao indivíduo de fato ter constituída sua cidadania. Como resultado deste processo, foi elaborada a Constituição de 1988, também conhecida como “Carta Magna”, que vislumbrou direitos e deveres aos cidadãos e responsabilidades ao Estado e Sociedade. Este documento, em grande medida, foi na contramão dos ideais neoliberais que já se apresentavam em décadas anteriores no mundo e aqui chegava rumo a concentração de riquezas e ao desmoronamento ou fragilização de direitos sociais.

Dois anos após a constituição de 88, deu-se a criação da lei n° 8.069/90 que promulga o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que pode ser considerado um importante desdobramento por que trouxe avanços nos sistemas de garantia de direitos compondo à legislação elementos específicos à condição da infância e adolescência.

O que se torna necessário para refletirmos a respeito do Serviço Social em qualquer área de atuação são os processos sócio históricos, políticos e econômicos que vêm se incorporando à lógica das relações sociais e relações de mercado. Nesse movimento histórico, a profissão ingressou inicialmente nos espaços educacionais com amplas aproximações aos métodos clinico e terapêutico, do individualismo e também atendeu à lógica do capital quando suas intervenções objetivavam preparar socialmente o ingresso no mercado de trabalho (AMARO, 2011).

O sistema capitalista também sofrera mudanças em sua estrutura e consequentemente isso fez emergir novas demandas para o profissional, que ciente das configurações dialéticas existentes na sociedade, adapta a prática de acordo com a realidade posta e isto incide diretamente no modo que lida com as expressões da questão social.

> A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 1998, p.27).

Com o objetivo de implementação de ações inclusivas em escolas, compreendidas aqui como espaços sócio históricos, organizados sob a lógica do capital e classe dominantes, logo, é um espaço para reverberações de expressões da questão social.

O Assistente Social é o profissional que tem como base norteadora as prerrogativas do Código de ética Profissional de 1993, instituído na Lei de Regulamentação da Profissão de n° 8662/1993 e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, e as diretrizes estabelecidas nestes documentos, deverão ser respeitadas por seus profissionais e também empresas empregadoras destes. (CFESS, 2012).

Com a criação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) sob a lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, torna-se concreto o espaço destinado a Assistência Social como política Pública, onde o assistente social poderá estar presente nas formulações e execução de políticas sociais que devem ter suas ações são definidas e fundamentadas pela defesa da garantia e ampliação dos direitos previstos aos cidadãos, em diversas lutas sociais que combatem a desigualdade e promovem o sujeito enquanto ser social e ser coletivo. A demanda para o Serviço Social não advém de individualidades, mas sim, de uma participação da coletividade nos processos que se desenham rumo a perspectiva democrárica:

> As demandas coletivas para o Serviço Social são apresentadas tanto institucionalmente como pela intervenção profissional ou pela própria organização da sociedade, como ação junto a movimentos sociais, projetos de promoção da saúde, da educação, da defesa de direitos, de mudanças nas políticas públicas, entre outros. (Faleiros, 2014, pg.714).

Portanto, o profissional Assistente Social está inserido na Política de Educação e deverá utilizar a lei como ferramenta e suporte para o acesso a garantia de direitos sociais e humanos, não se afastando do projeto Ético Político da profissão.

O campo da educação se torna palco para o enfrentamento de contradições, pois a criação de instituições que combatem as expressões da questão social na realidade sugere que estas são criadas para dar continuidade a um ciclo de intervenções do Estado, que acabam por fazer parte de sua manutenção, por outro lado também significa o alcance de mobilizações e conquistas políticas da própria classe trabalhadora, que utiliza a educação para nortear condições para sua qualificação rumo à garantia de direitos sociais. (CFESS, 2013).

Para se pensar o Serviço Social no cenário da Educação, é preciso compreender contextos conhecidos da própria historicidade da profissão no Brasil e romper com o legado assistencialista e conservador. A profissão ainda pode ser lembrada como caridade por que inicialmente atendia as classes dominantes em seu assistencialismo aos mais necessitados, mas isto vem sendo superado para assumir, principalmente a partir das transformações ocorridas pelo sistema capitalista, um caráter intervencionista, uma vez que o Estado se aprofunda em diversas questões decorrentes de movimentos políticos e sociais (CARVALHO; IAMAMOTO, 2013).

Em outros termos, um dos desafios para todas as modalidades de educação, e que se torna mais crítico à Educação Especial, é que o sistema capitalista está intimamente relacionado com a produção e divisão de trabalho, inserção do indivíduo no mercado de trabalho e dependendo do interesse da gestão, os moldes ou conteúdo oferecido nas instituições, que podem ser desde a escolha do material didático até as práticas dentro do espaço educacional, podendo atender ao sistema das classes dominantes e atingir assim, colocando-o como um sujeito que deve se qualificar tanto em níveis intelectuais como manuais para atender as exigências de mercado e não em sua emancipação e usufruto de seus direitos.

Nesta vertente, o Serviço Social na educação vai atuar nas expressões advindas das relações sociais e que são estabelecidas ou levadas para o espaço educacional, criando possibilidades de conquistas sociais dos alunos, participando aos seus familiares ações e programas onde estes possam ser inseridos e envolvidos nos processos educacionais, especialmente, no que tange a Educação Especial.

O exercício do Serviço Social na escola deverá estar alinhado com o projeto Ético Político, para atender os diversos sujeitos que se distinguiram não apenas por suas especificidades educacionais, mas também pela sua condição social e econômica, ademais, atuando com demais profissionais poderá impulsionar o avanço das práticas educacionais que possibilitem um maior envolvimento, participação e desenvolvimento social e global do aluno, contanto com o apoio da família e da sociedade.

Não há como inserir a profissão sem avançar na análise da sociabilidade do aluno, sendo este o caminho percorrido para além do que se demonstra no contexto escolar. A exemplo do reconhecimento da autonomia do indivíduo como uma demanda política, seria totalmente incongruente, imaginar que seu exercício deverá ter parâmetros institucionalizados, uma vez que sua sociabilidade não está reduzida ao ambiente familiar, comunitário ou escolar, mas sim, a totalidade de suas experiências poderão ser capazes na formação de sua cidadania.

A função social da escola na vida do aluno compreende no espaço em que ele se deparará com as principais interações sociais de sua vida, no sentido de que, serão relações estabelecidas fora de seu ambiente familiar, portanto encontrará a produção de diversos contextos sociais, por isto, este mesmo espaço de contradições que pode inspirar planejamentos que favoreçam a construção de identidade e capacidade de agir e interagir na sociedade, podem também trazer marcas de totalitarismo e isolamento, no qual a profissão tem o princípio de enfrenta-lo.

Neste sentido, é possível afirmar a importância que o currículo traz para a “vida” escolar e a preocupação de que o currículo esteja cada vez mais identificado com as lógicas de mercado e individualismo, do que os movimentos democráticos. O grande desafio nesta seara é que o conceito de cidadania foi transformado em consumo e isso é uma das situações que acarreta impactos na educação (APPLE, 2001).

As indagações fazem sentido no âmbito educacional, pois é importante considerar todas as dimensões da personalidade do aluno para, auxiliar na formação de sua identidade, para tal feito é fundamental que se pense o processo educacional de maneira flexível e democrático onde a participação do assistente social junto ao atendimento com a família, auxiliaria na identificação de “deficiências” na vida do aluno, que não sejam de natureza orgânica do aluno e não recorrer à educação sem

democracia, que por consequência traz o autoritarismo que acaba operando o indivíduo em seu papel menos produtivo e menos provocador. (FREIRE,1967).

3 O ESTIGMA ATRIBUÍDO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA: AS RELAÇÕES SOCIAIS E O PAPEL DA FAMÍLIA

Uma das perspectivas em que se insere o Serviço Social na Educação é de realizar nesse processo um exercício democrático, porém, na sociedade, as crianças com transtorno ou distúrbio de aprendizagem, na maioria das vezes acabam recebendo um tratamento estigmatizado de grupos sociais que habitam as instituições educacionais, por exemplo, o bullyng.

> Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida: Construímos uma teoria do estigma; uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social. Utilizamos termos específicos de estigma como aleijado, bastardo, retardado, em nosso discurso diário como fonte de metáfora e representação, de maneira característica, sem pensar no seu significado original. (Goffman, 1988, pg.08).

Tal reflexão é pertinente, visto que, a Educação Especial erroneamente pode ser entendida como destinada para os ditos “diferentes”, os que precisam de amparo educacional especializado, por possuírem desvios de natureza física, intelectual, emocional ou sociocultural (MAZZOTTA, 2011).

Pensar a relação de estigma que crianças e jovens sofrem na escola é refletir de que forma a escola poderá exercer sua função social, uma vez que, a comunidade escolar compreende diversos fatores de diversidade física e intelectual, além de ser palco de relacionamentos entre crianças e adolescentes que apresentam necessidades educacionais especiais, sejam estas associadas ou não a deficiência.

Durante a história da civilização a questão da deficiência física e mental passou por vários processos sociais, que perpassaram desde questões religiosas, marginalidade e extermínio. A partir do século XVII e XVIII a preocupação passa por instituições com o objetivo de segregar do convívio os que possuíam não apenas deficiências, mas também os considerados desviantes, contudo ainda não havia a

preocupação com o viés educativo, tendo sido este um patamar conquistado no século XX (SHIMAZAKI, 2012).

Na sociedade capitalista, temos a seguinte construção sobre o parâmetro de família desejado: o da família burguesa, e cabe ao cidadão desejado, que este seja o trabalhador ativo no mercado. Logo, não atendendo a estes moldes, a frustração e até mesmo vergonha por não conseguir atender ao padrão imposto aliam-se ao estigma sofrido de que são incapazes em diversas tarefas.

A deficiência física ou estereótipos de doenças, ainda são muito associados em casos de dificuldade de aprendizagem ou distúrbios, também incidem em transtornos onde o aluno não apresente estereótipo, a exemplo da dislexia[3] onde não há "sinais aparentes", por isso a importância de se trabalhar a situação social nos espaços educacionais e analisar as interações que ocorrem no espaço.

É muito importante esclarecer aos pais o que é a dificuldade ou transtorno de aprendizagem nestes casos, uma alternativa seria oferecer-lhes curso de formação para a que tenham apoio, esclarecimento e controle de determinadas situações, afastando qualquer aplicação de "rótulo", como chama-lo de preguiçoso. Caso contrário, este já poderá ser considerado um traço de que a família internalizou o estigma de ser "diferente" ou "vítima" por necessitar de algo que talvez ninguém de suas relações próximas reclame.

A falta de informação e até mesmo ausência de investimentos em pautas relacionadas a educação especial, poderá recair em mais preconceito, estigma e estereótipo, devido a necessidade de fazer algo "diferente" para que o indivíduo consiga evoluir nos estudos, ou seja, a necessidade de criar alternativas distintas de aprendizagem em sala de aula para que tenha um alcance maior no desenvolvimento de suas habilidades, pode ser um fator que gerador de discriminação e consequentemente, possíveis impactos emocionais.

Desse modo, ao ser preestabelecido na sociedade capitalista, que devemos estudar, qualificar para ingressar no mercado de trabalho para uma vida aceitável na

[3] "Um transforno específico de aprendizagem de origem neurobiológica, caracterizada por dificuldade no reconhecimento preciso e/ou fluente da palavra, na habilidade de decodificação e em soletração" (Definição adotada pela IDA – International Dyslexia Association, em 2002.)

sociedade, houve uma padronização nos fatores que determinam uma vida de sucesso ou fracasso e um deles foi ter um currículo de experiências e aprovações significativas.

A medida que não se conclui alguma das etapas educacionais, o indivíduo ou família tornam-se objeto constante de alguma demanda a sociedade, seja a compreensão ou a rejeição, e dependendo de como e quando isto ocorre, inevitavelmente já estará associada a um estereótipo. “A manipulação do estigma é uma ramificação de algo básico na sociedade, ou seja, a estereotipia ou o "perfil" de nossas expectativas normativas em relação à conduta (...).” (GOFFMAN, 1988).

Com vistas ao estigma sofrido, é necessário o âmbito familiar receber apoio para elaborar os enfrentamentos para as mais diversas situações e fazer isto de forma que esteja aliada ao conhecimento de quais serviços têm direito e os locais que os encontram. Parece coerente que a família deva procurar seus direitos, mas é fato que muitas destas, não possuem informação e orientação como fazê-los, optando por “proteger” o indivíduo, encontrando por vezes, a reclusão ou afastamento escolar como forma de evitar situações que considerem inconvenientes ou constrangedoras em ambientes compartilhados com outras pessoas.

A participação familiar neste contexto, traz uma expectativa positiva na compreensão dos processos cognitivos e sociais de pessoa com dificuldade de aprendizagem, e poderá colaborar a partir de informações do cotidiano e vivencias, às alternativas de abordagens de trabalho direcionado ao aluno, visando o melhor desenvolvimento e autonomia deste, potencializando suas habilidades e adequando suas interações em direção a superação de situações emblemáticas. Não obstante, as intervenções devem ocorrer também no ambiente familiar, com o devido acompanhamento e orientação profissional dos envolvidos, para que haja consonância do que está sendo trabalho.

A família pode ser entendida como ambiente inicial para a formação do indivíduo, a partir de construções que interferem positivamente ou prejudicialmente nos processos de aprendizagem e a escola como ambiente que precisa ampliar a discussão de temas que reconheçam a subjetividade, identidade e autonomia dos alunos. (BRAGA, SCOZ e MUNHOZ, 2017).

As diversas concepções de alfabetização possibilitam constatar que este processo antecede a inserção da criança na escola, ou seja, é iniciada em seio familiar ou a partir das referências de autoridades estabelecidas (MARTINS E SPECHELA, 2012).

Essa afirmativa situa como fundamental a proximidade entre eixo familiar e integrantes da escola, colocando-a como a base desejada para compreender os processos sociais que as crianças com distúrbio ou dificuldade de aprendizagem, com deficiencias ou não, terão como experiência no ambiente educacional, pois está sendo considerado, que seu primeiro espaço de interação social remonta antes mesmo a idade escolar.

4 O SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO ESPECIAL

As políticas públicas podem ser concebidas como ações do Estado que geralmente transitam de acordo com interesses econômicos, pois ao transferir parte do financiamento público para o investimento em políticas com vistas as demandas da sociedade, faz com que a população beneficiada tenha condições de retornar ao cenário econômico como consumidor ou produtor. (Montaño e Durigueto ,2011).

Por outro lado, a existência de políticas públicas torna-as em alternativas “concedidas” pelo Estado, para que o indivíduo consiga obter e desenvolver o exercício de sua cidadania, que nos moldes capitalistas está muito atrelada as relações de trabalho e consumo, e dessa forma as fragilidades do sistema de produção e consumo ficam superficialmente ou temporariamente superadas e já possibilitam condições mínimas para que o trabalhador tornasse novamente um consumidor.

Observa-se o Serviço Social poderá auxiliar em situações que são reflexos das questões socioeconômicas e políticas para a família e comunidade escolar. Além disso, não se deve condicionar a participação do assistente social apenas para fomentar a qualidade do estudo, como auxílio no ingresso do mercado de trabalho, mas sim, trabalhar com as famílias os meios para a superação da contradição existente na sociedade capitalista, realizando palestras com temáticas relacionadas a Direitos Humanos, cidadania, realizar encaminhamentos para a rede socioassistencial e abordar temáticas transversais de forma a complementar o ensino aprendizagem.

Entende-se que o trabalho através da colaboração entre os atores da comunidade escolar, favorece na identificação de atividades, acessibilidades, recursos necessários para o desenvolvimento de ações educacionais mais efetivas, no entanto, é fundamental que haja o fomento políticas educacionais.

Esta discussão recai no papel social que a escola ocupa, e a importante integração da família com esta, pois ao tempo que é alvo de políticas públicas e políticas sociais são direcionadas para o fomento da cidadania, também os responsabiliza pela sua própria condição de sobrevivência.

Para dar maior alcance no que se pretende estender o sentido político pedagógico da educação, o assistente social trabalhando na área da educação não se configura por si só, como único profissional a obter ou alcançar resultados positivos, o trabalho dar-se-á de forma interdisciplinar, institucional e intersetorial objetivando a qualidade da educação e sua associação a lutas pela democracia e cidadania plenas. (CFESS, 2012). O trabalho

5 CONCLUSÃO

O artigo pretendeu caminhar por assuntos que ganham contornos transversais ao aproximar Serviço Social e Educação, esse posicionamento foi devido à expansão da temática frente aos contextos de mobilização a respeito da Política de Educação Especial no Brasil, diante de uma conjuntura de luta política, social e cultural para a garantia de direitos de seus usuários.

Problematizar a questão da educação dentro do papel regulador que é o Estado, emerge do cenário social que vivenciamos nos moldes do sistema capitalista e as alternativas que se tornam desafios para superar o discurso e posição de classe dominada. Esses fatores conduzem o Brasil a repensar na execução de suas Políticas Educacionais, uma vez que as mesmas existem e se moldam há três décadas a partir da Constituição Federal de 1988.

As políticas sociais expressam de forma legislada o que pode ser uma melhoria no exercício da cidadania. São interesses e possíveis caminhos para que crianças, jovens e adultos que necessitam de políticas e atendimentos especializados na área da educação, tenham seu reconhecimento social e que as instituições assim o reconheçam como cidadãos também, afinal são principalmente nas relações sociais

que é possível repensar sobre a progressão ou manutenção das políticas públicas e sociais existentes.

O presente artigo não pretende esgotar o debate sobre o tema, mas sim, trazer contribuições que fortifiquem estudos sobre o Serviço Social na área da Educação Especial e das políticas sociais, bem como um olhar diferenciado para o âmbito da família. Dessa forma, compreendemos que o profissional inserido em equipe multidisciplinar em ambiente escolar, poderá realizar um trabalho mais qualificado para o alcance de maiores contornos emancipadores da criança e jovem através da busca na garantia de direitos na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

AMARO, Sarita. **Serviço Social na educação:** bases para o trabalho profissional. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

APPLE, Michael W. **Reestruturação educativa e curricular e as agendas neoliberal e neoconservadora:** entrevista com Michael Apple. Currículo sem fronteiras, v. 1, n. 1, p. 5-33, 2001. Disponível em https://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss1articles/apple.pdf Acesso em: 08/11/2018.

BRAGA, Simone da Silva; SCOZ, Beatriz Judith Lima; MUNHOZ, Maria Luiza Puglisi. **Problemas de aprendizagem e suas relações com a família**. Revista Psicopedagogia, v. 24, n. 74, p. 149-159, 2007. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862007000200006 Acesso em: 10/11/2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação**. 2013. Disponivel em: http://www. cfess. org. br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf. Acesso em: 03/11/2018.

GOFFMAN, Erving. **Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Mathias Lambert. 4ª Edição, Rio de Janeiro: LTC, 1988. Documento digitalizado. Disponivel em http://www.aberta.senad.gov.br/medias/original/201702/20170214-114707-001.pdf. Acesso em: 12/12/2018.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações sociais no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 39ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MARTINS, Edson; SPECHELA, L. **A importância do letramento na alfabetização.** Ensaios pedagógicos: revista eletrônica do curso de pedagogia das faculdades OPET**.** Nº 3, 2012. Disponível em http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n3/6%20ARTIGO%20LUANA.pdf Acesso em: 14/11/2018.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; D'ANTINO, Maria Eloísa Famá. **Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais:** cultura, educação e lazer. Saúde e Sociedade, v. 20, 2011. Disponível em: https://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S0104- Acesso em: 14/11/2018.

SHIMAZAKI, Elsa Midori; MORI, Nerli Nonato Ribeiro. Fundamentos da educação especial. In. MORI, Nerli Nonato Ribeiro; JACOBSEN, Cristina Cerezuela (Organizadoras)**. Atendimento educacional especializado no contexto da educação básica.** Maringá: Eduem, 2012. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/md_elsa_midori_shimazaki.pdf. Acesso em 14/11/2018.